Despacho n.º 18 757/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 116-B/2006, de 16 de Junho, e do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do despacho n.º 14 405/2005 (2.ª série), de 21 de Junho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, nomeio, em comissão de serviço por um ano, sob proposta do director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), com efeitos a 1 de Janeiro de 2007, Álvaro Luís Pires Mosca, especialista de informática de grau 3, nível 2, como consultor daquele serviço, sendo para o efeito requisitado ao Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, tendo sido obtida a anuência do membro do Governo que tutela o respectivo departamento, nos termos da parte final do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, estando assegurado o respectivo cabimento orçamental, e podendo o nomeado, nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, optar pelo regime remuneratório correspondente ao lugar de origem.

23 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa.*

Despacho n.º 18 758/2007

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 116-B/2006, de 16 de Junho, e do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do despacho n.º 14 405/2005 (2.ª série), de 21 de Junho, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 124, de 30 de Junho de 2005, nomeio, em comissão de serviço por um ano, sob proposta do director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER), com efeitos a 1 de Janeiro de 2007, Maria Madalena Rodrigues, técnica de informática de grau 2, nível 1, como técnica de apoio daquele serviço, sendo para o efeito requisitada ao Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, tendo sido obtida a anuência do membro do Governo que tutela o respectivo departamento, nos termos da parte final do n.º 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, estando assegurado o respectivo cabimento orçamental, e podendo a nomeada, nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, optar pelo regime remuneratório correspondente ao lugar de origem.

23 de Outubro de 2006. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Jorge Lacão Costa.*

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho (extracto) n.º 18 759/2007

Por despacho de 17 de Julho de 2007 do vice-presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., André Filipe Faria Fernandes da Cunha, docente do ensino não superior, em regime de requisição, foi reclassificado para a categoria de técnico superior principal da carreira técnica superior de desporto do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva, ficando posicionado no escalão 2, índice 560, nos termos conjugados do n.º 1, da alínea *b*) do n.º 3 e do n.º 4 do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, e do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com produção de efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

25 de Julho de 2007. — O Vice-Presidente, *Rui Xavier Mourinha.*

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Despacho n.º 18 760/2007

Considerando a publicação dos diplomas que concretizam, no âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), o processo de reorganização dos serviços do Ministério da Justiça (MJ), decorrente da nova orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro;

Considerando a nomeação, pelo despacho conjunto n.º 4359/2006, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 39, de 23 de Fevereiro de 2006, do Prof. Doutor Américo Fernando Brás Carlos para o cargo de subinspector-geral dos Serviços de Justiça, é mantida, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º e 29.º do Decreto-Lei n.º 206/2006, de 27 de Outubro, conjugados com o estatuído no artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 78/2007, de 30 de Julho, e na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a respectiva comissão de serviço.

Considerando ainda que o Prof. Doutor Américo Fernando Brás Carlos vem exercendo em regime de substituição o cargo de inspector-geral dos Serviços de Justiça, é igualmente mantida a sua nomeação, naqueles cargo e regime, até à nomeação de novo titular.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007.

3 de Agosto de 2007. — Pelo Primeiro-Ministro, em substituição, *Luís Filipe Marques Amado,* Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. — Pelo Ministro da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues,* Secretário de Estado Adjunto e da Justiça.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 18 761/2007

O Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, criou o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, Entidade Pública Empresarial (E. P. E.), por fusão do Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua, E. P. E., com o Hospital Distrital de Chaves e o Hospital Distrital de Lamego.

De acordo com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 50-A/2007, de 28 de Fevereiro, os Estatutos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., são os publicados no anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, com as especificidades estatutárias que constam do anexo ao decreto-lei acima referido.

Assim, de acordo com o disposto do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., o fiscal único e o fiscal único suplente são nomeados, pelo período de três anos, por despacho do Ministro das Finanças.

Nestes termos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E. P. E., são nomeados, para o triénio de 2007-2009, os seguintes membros:

Fiscal único — Assunção, Sá e Cambão, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o n.º 78, número de identificação de pessoa colectiva 502666919, com sede na Rua do Campo Alegre, 276, 2.º, esquerdo, no Porto, representada pelo Dr. Amadeu da Conceição Moreira Rodrigues Cambão, revisor oficial de contas n.º 686, casado, com domicílio na Rua das Andresas, 303, 3.º, direito, no Porto.

Fiscal único suplente — Dr.ª Paula Alexandra Monteiro Baptista Alves Sá, revisora oficial de contas n.º 1191, casada, com domicílio na Rua da Tuna, 123, em Sermonde.

18 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos.*

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho (extracto) n.º 18 762/2007

Por despacho de 24 de Julho de 2007 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, emitido no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 7773/2007 (2.ª série), publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 82, de 27 de Abril de 2007, precedendo concurso de acesso, foram promovidos, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007, à categoria de segundo-verificador superior da carreira técnica superior aduaneira do quadro de pessoal desta Direcção-Geral os funcionários a seguir identificados:

Maria Leonor Pereira Leal.
José Carlos Teias Gomes.
Maria Ivone Ferreira Silva Ramalho.
Paulo Jorge Baptista Aires.
Paula Cristina Silva de Figueiredo.
Eduardo Nunes dos Santos Maia.
António José Castela Fernandes.
Luís Carlos Lopes Pereira.
Sandra Cristina Maciel Matos da Rosa e Paço.
Maria Celeste de Castro Maia.
Carla Glória Simões Filipe.
Maria da Conceição Vaz Aires Martins Mascarenhas.
Francisco Manuel Esparteiro dos Santos.

Carlos Adriano Sá Pinto da Cunha.
Ana Cristina Carvalho Neves Ferreira.
Vita Maria Pereira.
Victor Manuel Baeta Antão.
Hélder Manuel Saraiva Moreira.
Helena Maria Viana da Silva e Sousa.
Ana Paula Garcia Pais Costa da Silva.
Manuel Alberto de Oliveira.
Ana Paula Pereira Berrones.
Manuel de Jesus Antunes Braçal.
Maria Manuela Ferreira Martins Ramalhete.
Rui João Agrícola Pedrógão.
Maria de Fátima Gomes de Oliveira Gonçalves.
Vanda Paula Parreira da Silva.
Anabela Olga de Fátima da Silva Gaspar Afonso.
Ana Maria Manteigas Carreto Centúrio.
Filomena Maria Ferreira Branco dos Santos.
Carla Maria Mendes Rocha.
Ana Maria Fernandes da Silva Marreiros.
José Bernardo Ferreira.
Sónia Maria Arruda Carreiro.
Maria da Graça Abreu de Ponte.
Maria Isabel Paiva Antunes Martins.
Maria Manuela da Silva Lupi e Costa.
Maria Clarisse Monteiro.
Maria Natália Ribeiro Duarte.
Maria Teresa Almeida da Silva.
Luciana da Costa Reis.
Maria João da Gama Ferreira.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos.*

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho n.º 18 763/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Planeamento (DP), da Direcção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI), apresentou a proposta de nomeação de Isabel Maria Viana da Costa Rodrigues da Silva Pereira da Costa como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos e atento o disposto nos n.os 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Planeamento (DP), da Direcção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica superior assessora principal Isabel Maria Viana da Costa Rodrigues da Silva Pereira da Costa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo.*

Nota biográfica

Isabel Maria V. C. Rodrigues da Silva Pereira da Costa.

Data de nascimento — 26 de Maio de 1953.

Habilitações literárias — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa em 1975, com a média de 13 valores.

Data de entrada na função pública — 1 de Setembro de 1975, como economista na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Ministério das Obras Públicas.

Categoria actual — técnico superior assessor principal do quadro da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI).

Desde 15 de Janeiro de 2007, exerce funções na Direcção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação da DGCI, como chefe de divisão, em regime de substituição, colaborando na elaboração do relatório de actividades de 2006 da DGCI e de estatísticas e indicadores de apoio à gestão, e no acompanhamento da implementação do sistema de gestão de atendimento.

De 1 de Fevereiro de 2006 a 14 de Janeiro de 2007, exerceu funções na Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos da DGCI, como responsável pela gestão financeira dos projectos «Maior racionalização — Orientação para o cidadão» e «Sistema integrado de gestão de instalações e equipamentos», no âmbito do POAP, nas componentes FEDER e FSE, respectivamente; colaborou ainda na organização de uma base de dados interna para integrar o cadastro da DGCI no referente a instalações e equipamentos.

Entre 1999 e 2006, foi chefe da Divisão de Programação Financeira da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Ministério do Ambiente, exercendo funções de responsável pela programação, gestão, acompanhamento e execução do PIDDAC da DGOTDU. Durante o ano de 2004, exerceu funções de coordenação do Programa Orçamental P27 — Informação Geográfica de Base, Ordenamento do Território, Requalificação e Desenvolvimento Urbano, tutelando projectos de PIDDAC de 10 organismos do Ministério do Ambiente externos à DGOTDU.

Entre 1987 e 1999, desempenhou funções de responsável pela apreciação técnica e jurídica de todos os processos de expropriação que transitaram na DGOT e DGOTDU. Participou ainda na revisão do Código das Expropriações como representante da DGOTDU.

Entre 1975 e 1987, colaborou na apreciação de processos relativos a loteamentos, planos gerais, parciais e de pormenor, medidas preventivas, declarações de áreas críticas, reabilitação urbana, planos de áreas territoriais. Colaborou, também, na elaboração de estudos sócio-económicos de vários instrumentos de planeamento urbanístico e do ordenamento do território (plano director municipal, plano de área territorial, bases de ordenamento concelhios).

Foi autora e co-autora de várias publicações da DGOTDU e das direcções-gerais suas antecessoras, nomeadamente: *Auxílios Financeiros às Autarquias Locais no Âmbito da Renovação Urbana* (1991), *Instrução de Processos* (1991), *Expropriações* (1995), *Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva — Investimentos da DGOTDU no Período 2000-2004* (2004), *Relatório Anual de Execução Física e Financeira do Programa Orçamental P27* (2004), *Análise Crítica ao Regulamento do Programa Equipamentos Aprovado pelo Despacho n.º 7187 (2.ª série), de 11 de Abril de 2003* (2005).

Fez parte de diversos júris em concursos de pessoal e de empreitadas de obras públicas.

Despacho n.º 18 764/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de director de serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI) apresentou a proposta de nomeação de Teresa Maria Pereira Gil como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.os 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de director de serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica economista de 1.ª classe Teresa Maria Pereira Gil, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo.*

Currículo

Nome — Teresa Maria Pereira Gil.

Categoria profissional — técnica economista de 1.ª classe.

Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Experiência profissional:

Desde Junho de 2006 exerce o cargo de directora de serviços de Planeamento e Sistemas de Informação em regime de substituição;

Entre Julho de 2004 e Maio de 2006 exerceu funções de assessora no Gabinete do Director-Geral dos Impostos;

Entre Outubro de 2002 e Junho de 2004 esteve em regime de licença de longa duração, tendo nesse período exercido as funções de *senior manager* do Departamento Fiscal da KPMG, Auditores, S. A.;

Entre Maio de 2002 e Setembro do mesmo ano exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços do IRC;

Entre Julho de 2001 e Abril de 2002 assumiu as funções de assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;

Entre Dezembro de 2000 e Julho de 2001 assumiu as funções de assessora do Ministro das Finanças;

De Outubro de 2000 a Dezembro do mesmo ano exerceu as funções de assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;

Entre Maio de 1989 e Setembro de 2000 exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços do IRC;

Entre Novembro de 1986 e Abril de 1989 exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços de Controlo do, à data, Serviço de Administração do IVA.

Informação adicional — frequentou em Outubro de 2004 o seminário de alta direcção, previsto no artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, promovido pelo Instituto Nacional de Administração.